

A ARTE, A ARTEIRICE E A ARTE (FATO) OU COMO (DESIN)FORMAR EDUCADORES

Sainy C. V. Veloso*

Resumo: A autora recorre à história da educação artística no Brasil para dimensionar a formação profissional e seu compromisso com a reflexão crítica, criação e sensibilidade visando a mudanças socioculturais.

Palavras-chave: arte; educação; sentido; linguagem; senso crítico; consciência histórica.

Diz a sabedoria popular que um problema nunca vem só. Acredito piamente. Destarte, entre um emaranhado de linhas embaralhadas puxo dois fios – considerando-os mais significativos – para buscar entender as relações entre arte, *arte-educador* e educação no Brasil.

O primeiro fio é histórico. Como o processo de colonização construiu nossa idéia de arte e, consecutivamente, de arte-educação? Reproduzimos esse modelo até hoje?

Enroscado no primeiro fio encontramos o segundo. O que somos? Arteiros, arte-educadores, alienados? Como construímos nossa formação profissional? Dimensionamos o fato de estar inferindo na formação de alguém e, consecutivamente, criando nossa própria realidade? A arte é competência somente de artistas e arte-educadores?

Seguindo o fio histórico percebemos os séculos XIX e XX, no Brasil, ricos em manifestações culturais e artísticas. Iniciam-se as primeiras instituições de ensino das artes seguindo modelos europeus. Preparávamos nossos artistas para habilidades técnicas e gráficas adequadas à expansão industrial européia. Lembramos, contudo, que no Brasil desses séculos não havia demanda para esse fim. Oficia-se, assim, por meio da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro, o ensino artístico brasileiro, preparando profissionais alienados de nossa realidade. Isso sem contar com a formação de profissionais de arte, por artistas europeus, neoclássicos, voltados para a técnica do “saber desenhar”. Profissionais em nível institucional que vieram para o Brasil com a Missão Francesa.

* Mestre em Arte e Tecnologia, Especialista em Linguagem Artística, Doutoranda em História pela UnB, professora do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação, UniCEUB, Brasília – DF.

Nas Escolas Normais desses séculos, a apreensão de esquemas de construções gráficas objetivava *ilustrar* aulas, fazer murais e enfeitar as escolas e os conteúdos *transmitidos* via repetição, visando exercitar a vista, a mão, a inteligência, a memória, o gosto e o senso moral. Essas responsabilidades conferidas às normalistas ainda ocorrem com frequência no ensino da arte-educação.

Não obstante o distanciamento histórico, o ensino de arte hoje corresponde ainda à formação de *arte-educadores* com essa visão neoclássica, ou seja, entendendo arte como sinônimo de representações convencionais de imagens e de sujeitos não-pensantes.

O século XX iniciou-se com uma grande expectativa. A Semana de 22. A partir dela, identificamos uma inquietação com a realidade brasileira. O mito do Macunaíma, de Oswald de Andrade, identificou-nos bem ao condensar nossa inquietação e hibridade cultural. Outros movimentos como, por exemplo, a criação de universidades nos anos 30, o surgimento das Bienais de São Paulo a partir de 1951, os movimentos universitários ligados à cultura popular nos anos 50 e 60, o movimento da contracultura nos anos 70, a constituição e mobilização profissional nos anos 80, acrescentaram e possibilitaram a reflexão sobre nossa identidade e, por conseguinte, nossa prática artística, infelizmente ainda desvinculada da educação.

Na metade do século XX, o educador Augusto Rodrigues liderou a criação de uma Escolinha de Arte, no Rio de Janeiro, estruturada nos moldes da *Pedagogia Nova*, originária na Europa e Estados Unidos. A Escolinha propunha uma educação por meio da arte. Marcadamente experimental, essa pedagogia priorizava a expressão, considerando-a um dado subjetivo e individual em todas as atividades, articulando aspectos intelectuais e afetivos. O aluno é entendido como um ser criativo e como tal deve-se educar com todas as condições possíveis de expressão artística, viabilizando uma cooperação social.

Não obstante mais moldes a educação peia arte abre, com pensadores educacionais como John Dewey e Viktor Lowenfeld (EUA), Herbert Head (Inglaterra) e Augusto Rodrigues (Brasil), condições de possibilidades singulares e de uma educação voltada para a realidade da criança, conforme as palavras de Augusto Rodrigues (*apud* FERRAZ; FUSARI, 1993, p. 32):

[...] A experiência era feita em campo aberto, e a diferença de idades também foi outra coisa fundamental para que eu pudesse entender, um pouco, o problema da criança e o da educação através da arte. Deveríamos ter um comportamento aberto, livre com a criança; uma relação em que a comunicação existisse através do fazer e não do que pudéssemos dar como tarefa ou como ensinamento, mas através do fazer e do reconhecimento da importância do que era feito pela criança e da observação do que ela produzia. De estimulá-la a trabalhar sobre ela mesma, sobre o resultado último, desviando-a, portanto, da competição e desmontando a idéia de que ali estavam para serem artistas.

Essa inter-relação da arte com a educação, no plano mundial, repercutiu no Brasil, na

década de 1970, com a implantação da disciplina Educação Artística nas escolas brasileiras, contemplada pela Lei de Diretrizes e Bases - Lei 5692/7. Entretanto, no mesmo período uma outra pedagogia nos leva a priorizar o sistema técnico de organização da aula e do curso. Desconsiderando o aluno e o professor, a Pedagogia Tecnicista concentra-se em brilhantes planejamentos, planos de aulas, recursos tecnológicos e audiovisuais. A **modernização** do ensino refletida no ensino das artes volta-se para o “saber construir”. Professores tecnicistas elegem a sucata, a rainha das artes. Por meio dela exercem uma prática espontânea, na maioria das vezes irresponsável e ausente de bases teóricas mais fundamentadas, além do desconhecimento das linguagens artísticas. Sendo assim, o livro didático entra em cena como uso e valor mercadológico.

A obrigatoriedade da disciplina Educação Artística no currículo da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – somente foi promulgada pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional após a Constituição Brasileira de 1988. Essa inclusão curricular sofreu novo impulso ao mediar as discussões sobre as ações e idéias modificadoras na educação e, conseqüentemente, em arte, como um compromisso às transformações sociais. Lembremos que, na década de 1980, apregoou-se o papel específico da escola em relação às mudanças nas ações sociais e culturais e consciência da escola configurada no presente, visando transformações no futuro. Nesse sentido, destacamos o método revolucionário de alfabetização de adultos, proposto pelo educador Paulo Freire, entre os anos 1961 e 1964, voltado para o diálogo e a consciência crítica. Sua *Pedagogia Libertadora* foi a mola mestra impulsionadora desse processo, refletido e redimensionado na *Pedagogia histórico-crítica*, de Dermeval Saviani (1980), e na *Crítica social dos conteúdos*, de José Carlos Libâneo (1985).

Atuando no campo da arte-educação desde a década de 1970, Ana Mae Barbosa vem sistematizando sua pesquisa por meio de vários livros, palestras e prática docente no sentido de recuperar a história do ensino das artes para que se possa perceber “as realidades pessoais e sociais, aqui e agora, e lidar criticamente com elas” (apud FERRAZ, FUSARI, 1993, p, 35). Sua *Metodologia Triangular* tem como base uma proposta pedagógica que considera o *fazer artístico*, a *análise de obras de arte* e a *história da arte*, direcionadas para o estudo de grandes mestres da história universal da arte.

Neste ponto, tangencio com o segundo fio puxado por mim. Como construímos nossa formação profissional? Como construímos nossa realidade? Com quais discursos compactuamos? Por que falar de formação de professores de arte? A arte é uma experiência desvinculada da vida, da educação, do cotidiano? Por que não falar de educadores sensíveis, imaginativos e criativos, habilidosos em ministrar suas competências?

Para essa formação aprendemos, em primeiro lugar, a lição libertadora de Augusto Rodrigues, considerando a criança como um ser criador, destituindo dessa forma a concepção

limitada e mitificadora da atividade criativa como privilégio de alguns poucos iluminados, mestres na história universal da arte.

Com Vigotsky identificamos nos acontecimentos históricos ao longo da história humana a criação como processo onde o ser humano imagina, ajusta, modifica e cria algo novo, considerando todas as ações humanas fundamentais na construção coletiva. Diferentemente do entendimento da Pedagogia Nova, a atividade criadora não é propriedade subjetiva e individual de um único sujeito, mas se instaura por meio das relações sociais. “São elas que vivificam, dinamizam e alimentam a arte, a ciência e as técnicas”, segundo o autor (1987). Dessa maneira o papel da imaginação é considerado prioritário na produção do conhecimento, ao ser considerada uma experiência de linguagem vivenciada por meio de sua expressão. Imaginar significa buscar e produzir sentido. Portanto, é na infância e na linguagem que se opera a transformação da experiência sensível – que não é peculiaridade ou dom de artistas – em discurso humano, ou seja, a infância é o momento em que a linguagem insurge como significação. Ora, mas como romper com os moldes, se já nascemos neles inseridos? Transformando nossa língua em discurso? Exatamente. Ao falarmos em discurso estamos falando de uma construção de linguagem singular não restrita a uma produção oral ou escrita, mas também artística, resultante do desenvolvimento das potencialidades humanas. Dessa maneira, associamos linguagem e consciência crítica, lição apreendida com Paulo Freire para nossa interferência sobre o processo educativo. Uma educação que se pretende transformadora por meio da criação, da consciência histórica e reflexão crítica sobre os conceitos, as idéias e ações educativas. Uma educação destituída de uma forma elitista de arte, limitada ao gosto e sensibilidades européias, e possível a todos aqueles empenhados em se fazer melhor e, consecutivamente, em construir um mundo melhor.

Referências

- FERRAZ, Maria Heloisa; FUSARI, Maria F. de Resende. *Metodologia do ensino de arte*. São Paulo: Cortez, 1993.
- LIBANIO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública, a pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1985.
- SOUZA, Solange Jobim. *Infância e linguagem*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Autores Associados, 1980.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Fontes, 1987.